Como Aprender com as Posturas de Governos Moderados Perante o Extremismo Islâmico

Major Erik A. Claessen Jr., Forças Armadas da Bélgica

DE ACORDO COM o Manual de Campanha *FM 3.0*, *Operations* (Operações), "*Poder terrestre* é a capacidade de ganhar, manter e explorar o controle sobre terras, recursos e pessoas — mediante ameaças, força ou ocupação".[1] Quando, após uma vitória convencional, o Exército precisa controlar um povo durante uma ocupação, é útil considerar como e por que o regime do inimigo desapossado conseguiu controlar a população em primeiro lugar. Essa pergunta é particularmente importante nos países muçulmanos, nos quais as organizações militantes islâmicas são, muitas vezes, o principal desafio para o governo. Conflitos recentes levaram à conscientização de que a democracia não é "um tipo de condição padrão para a qual as sociedades retornam" depois de uma vitória militar sobre um regime opressor.[2] A parte que venceu o combate convencional parece, ao contrário, herdar o problema do governo derrubado de controlar as organizações militantes islâmicas. Vários governos muçulmanos têm mais de 50 anos de experiência em lidar com essa ameaça e vale a pena estudar seus métodos. Os ocidentais podem aprender bastante analisando como um governo árabe moderado lida com esse problema.

Este artigo aborda de forma sucinta os seguintes temas:

- As duas principais escolas de pensamento islâmicas referentes à atitude de uma pessoa em relação ao seu governante.
- Como as organizações militantes islâmicas aplicam os ensinamentos das escolas de pensamento mais extremistas para desafiar governos muçulmanos ou forças de ocupação estrangeiras.
- Como os governos muçulmanos lidam com esse desafio.

O credo básico islâmico (shahadah) *escrito em uma placa na Grande Mesquita de Xi'an, China.*

- O que acontece quando uma vitória militar convencional inutiliza esses mecanismos para lidar com o desafio.
- As principais implicações das operações de estabilização destinadas a controlar os extremistas.

Para os fins deste artigo, organizações militantes islâmicas são grupos que conjugam o proselitismo, o fornecimento de serviços sociais e o ativismo político (violento e não violento) para tentar estabelecer um governo baseado na lei islâmica ou *sharia*. Exemplos são as Irmandades Muçulmanas do Egito e da Jordânia (doravante também denominadas *Ikhwan*), o Hamas, o Hezbollah e o movimento al-Sadr II do Iraque. Essas organizações são insurgências porque veem o uso da violência e da subversão como métodos para atingir suas metas políticas.[3]

A Causa Islâmica

Governos e regimes são capazes de controlar a população no seu território. Em contrapartida,

---

O major Erik A. Claessen Jr., das Forças Armadas da Bélgica, é coordenador do programa de Engenharia e Equipamentos de Suporte no Estado-Maior Conjunto da Bélgica. Tem mestrado pela Academia Real Militar da Bélgica e é formado pela Escola de Comando e Estado-Maior dos Estados Unidos, onde obteve mestrado em Ciências e Artes Militares. O major Claessen serviu em várias posições de comando e Estado-Maior na Bélgica e na Croácia.

os insurgentes exigem uma causa unificadora, compreensível por todos, para influenciar as pessoas. Galula enfatiza a importância da causa ao afirmar: "A primeira necessidade básica de um insurgente que deseja algo além de apenas causar problemas é ter uma causa que seja atraente".[4] Para os maoístas, essa causa foi "terra para os lavradores".[5] Para os islâmicos, a causa é "o Islã é a solução".[6] Para entender seu alcance e suas implicações, é preciso rever as opiniões dos principais estudiosos muçulmanos sobre duas questões. A primeira é o relacionamento entre uma pessoa muçulmana e um governante despótico. A segunda é a defesa do Islã contra inimigos internos e externos.

Ghazali argumenta que "a tirania de um sultão durante cem anos causa menos danos que um ano de tirania exercida pelos súditos uns contra os outros".

Em essência, os ensinamentos de Al-Ghazali e Ibn Taymiyya, dois filósofos medievais, dominam esse debate. O primeiro viveu em uma época de confrontos violentos entre líderes muçulmanos em busca do poder temporal.[7] Sua principal preocupação era dar um fim à guerra civil entre os muçulmanos. A visão de Taymiyya era completamente diferente.[8] Considerava que o próprio Islã estava ameaçado pelas invasões mongóis no Oriente e pelas Cruzadas no Ocidente. Quando criança, o próprio Ibn Taymiyya "foi forçado a fugir de Harran e ir para Damasco para escapar das invasões dos mongóis".[9] Por isso, concentrou-se em preservar a pureza islâmica diante das ameaças internas e externas.

Al-Ghazali afirma que a obrigação de evitar o caos (*fitna)* na comunidade islâmica é maior que as preocupações com os direitos individuais. "A ordem política é necessária porque, por definição, não é possível ter justiça alguma em períodos de anarquia ou caos."[10] Portanto, se seu governante é um muçulmano, os súditos devem obedecer, por pior que ele possa ser. Ghazali argumenta que "a tirania de um sultão durante cem anos causa menos danos que um ano de tirania exercida pelos súditos uns contra os outros"[11]. O *jihad*, defesa do Islã contra um inimigo externo, é uma obrigação coletiva organizada pelo governante. O problema de defender o Islã contra inimigos internos não existe para Ghazali porque os súditos não devem julgar a devoção do seu próprio governante.

Taymiyya, por sua vez, considera as ameaças externas como produto da desunião no mundo islâmico. Por isso, a resistência aos invasores começa pelo fortalecimento da fé mediante uma volta à ortodoxia e à pureza ritual.[12] A obrigação do estudioso islâmico é ordenar o que é bom e proibir o que é mau.[13] Na prática, isso assume a forma de educação e pregação (*da'wa*). A obrigação do governante é implementar políticas inspiradas pela lei islâmica. De acordo com Taymiyya, o objetivo de quem estava no poder "era a Lei Justa"[14] ou *Siyassa shari'yya*.[15] Para atingi-lo, é necessário que haja uma opinião pública forte que seja capaz de pressionar o governante para fortalecer o caráter islâmico das instituições. Taymiyya lamentava que "por um lado, os governantes pensem que possam atingir fins materiais por meio da força, ambição e interesse próprio e, por outro lado, as pessoas religiosas pensem que possam atingir fins espirituais por meio da devoção apenas"[16]. A solução de Taymiyya era "o meio-termo feliz" ou *Wasat*, o que significa que os súditos devem respeitar seu governante e que os governantes devem permitir e aceitar a pressão pública justificada.[17]

Quanto ao jihad, o problema enfrentado por Taymiyya foi o de conceituar a resistência aos conquistadores mongóis que se converteram ao

Uma bandeira islâmica, conhecida como "Bandeira do Islã" (Alam al-Islam) *ou "Bandeira de Shahada"* (Alam al-Shahada) *com o primeiro* Kalimah*, a* Shahada*, amplamente utilizada pelos muçulmanos.*

Islã, mas mantiveram sua cultura e seus hábitos. Ele estabeleceu inevitavelmente uma distinção entre bons e maus governantes muçulmanos, abrindo assim uma Caixa de Pandora. "Ibn Taymiyya sugeriu que um governante (ou pessoa) que não aplicasse a sharia (ou vivesse de acordo com ela) era na verdade um infiel, apóstata, ou *kafir*."[18] Esse era um conceito novo. "Antes de Ibn Taymiyya, os critérios para determinar se um governante (ou pessoa) era um muçulmano tinham sido sempre considerar se ele professava a *shahada*."[19] Taymiyya afirma que "aquele que abandona a Lei do Islã deve ser combatido mesmo que tenha antes pronunciado as duas fórmulas da Fé".[20] Dentro desse raciocínio, o jihad é acima de tudo a proteção da identidade islâmica contra dois tipos de inimigos: os não crentes ou cruzados e os apóstatas ou *kuffar*.[21]

O Renascimento de Taymiyya

O colonialismo europeu do século XIX reavivou o interesse pelos ensinamentos de Taymiyya. As condições coloniais pareciam ser semelhantes às que existiam na época de Taymiyya: invasores cristãos abolindo o califado, dividindo o mundo muçulmano em pedaços arbitrários de território e instalando governantes fantoches que promoviam o estilo de vida e a cultura ocidental apesar de serem muçulmanos.[22] Assim, os líderes islâmicos, como o egípcio Al-Banna, começaram a aplicar a ideologia de Taymiyya como uma forma de resistir ao domínio colonial.[23] Certo de que "quando os povos tiverem sido islamizados, surgirá uma verdadeira nação muçulmana", Al-Banna começou sua pregação (da'wa).[24] Por ser ele mesmo um homem de ação, procurou uma ideologia que desse ao seu movimento, a Irmandade Muçulmana (*Al-Ikhwan al-Muslimoon*), uma sólida base teórica. A publicação, em 1948, de *Justiça Social e Islã* atraiu a atenção da Ikhwan.[25] Seu autor, Saïd Qutb, "tornou-se rapidamente seu principal ideólogo e parte integrante da sua estratégia ativista social"[26]. Para entender a importância

Foto da AP

Uma multidão revoltada se reúne em torno da sede em chamas da Irmandade Muçulmana no Cairo, Egito, depois de a terem incendiado em retaliação à tentativa de assassinato do presidente Gamal Abdel Nasser, em 27 de outubro de 1954. Um membro da irmandade fundamentalista islâmica disparou oito vezes contra o presidente quando ele discursava em Alexandria.

Foto da AFP

Saïd Qutb, teórico da Irmandade de Muçulmanos do Egito, bebe um copo d'água por trás das grades, no Cairo. Ele foi executado em 29 de agosto de 1966.

disso, deve-se entender que "o problema da justiça social está na base dos movimentos militantes muçulmanos"[27]. Naquela época, Qutb era ainda relativamente moderado. Tinha em mente uma "reforma cooperativa e de longo prazo" baseada em dois pilares, pregação (da'wa) e legislação (*tashrii'*), como "métodos gêmeos fundamentais do Islã em direção a todas as suas metas".[28, 29] Sua teoria forneceu uma alternativa abrangente para duas ideologias ocidentais: comunismo e capitalismo, e coerente com a mensagem de que o Islã era a solução para tudo.

Da'wa, Tashrii' e Jihad

Sob a dura repressão do presidente Nasser, Qutb radicalizou-se drasticamente. "O sofrimento na prisão e os terríveis anos de tortura por ele sofridos nos campos de Nasser são decisivos para entender o pensamento de Qutb."[30] Em seu livro *Os Marcos*, escrito na prisão, ele reuniu os mais extremos pontos de vista de Taymiyya e criou uma estratégia baseada em da'wa e jihad.[31] Chegou a desenvolver a lógica de Taymiyya acrescentando a prática do taqfir: qualificando os regimes que não introduziram a sharia como kafir e convocando uma resistência armada e ativa (como jihad) contra tal regime como uma obrigação individual e não coletiva.

A evolução de Qutb mostra que, dentro da escola de pensamento de Taymiyya, existem várias opiniões sobre o tipo de pressão que se pode exercer contra um governante e a medida de precaução que se deve tomar para evitar o caos ou fitna. Essa pressão vai desde a crítica nos sermões de sexta-feira até ataques suicidas. A história recente mostra que as organizações islâmicas podem oscilar entre radicalismo e moderação, entre jihad e tashrii'. Entretanto, o que permanece constante é da'wa. Da'wa permite que um movimento islâmico consiga o apoio popular, que é vital para qualquer insurgência. Se um movimento ganha o monopólio sobre da'wa em um país ou região muçulmana, o sucesso é apenas uma questão de tempo e perseverança (*sabr*). Em contrapartida, o tipo de pressão que uma organização militante islâmica exerce sobre um governante ou ocupante estrangeiro é variável. Pode ir de tashrii' ao jihad ou situar-se em qualquer ponto entre os dois extremos. Pode ser interrompida por cessar-fogos (*tahdi'ah*) e tréguas (*hudna*). Os islâmicos chegam a combinar a participação no governo com uma insurgência contra ele.[32] Ou seja, essas organizações são intransigentes em termos de princípios, mas extremamente pragmáticas e flexíveis em termos da sua execução.

Capacidades Essenciais

Aplicando-se a ideologia de Taymiyya, três capacidades fundamentais permitem que as organizações militantes islâmicas desafiem governos muçulmanos ou forças de ocupação estrangeiras. A primeira, e mais importante, é a capacidade de obter apoio popular e adesão ao ideal islâmico mediante atividades de da'wa. Seu "sucesso se origina da sua capacidade de reunir, em torno do seu programa, vários grupos sociais por meio de uma campanha de proselitismo, acompanhada de intensa atividade de caridade, centrada em clínicas, oficinas e escolas, instaladas perto de mesquitas e controladas pela organização".[33]

Isso só é possível porque alguns governos ou forças de ocupação estrangeiras não fornecem serviços essenciais à população, deixando uma lacuna para os islâmicos. "Movimentos islâmicos parecem ser as únicas organizações que podem

se opor ao estabelecimento do Estado e que têm o poder de mudar o *status quo* em benefício dos desfavorecidos. Os serviços sociais que oferecem indicam que eles já conseguiram fornecer o que essas pessoas querem e o que o Estado é incapaz de fornecer."[34]

Organizações militantes islâmicas têm geralmente mais capacidade de oferecer esses serviços essenciais do que o Estado por causa de uma segunda capacidade fundamental: levantamento de fundos em âmbito mundial, lícita e ilicitamente. Em 1961, a teoria de Baqer Al-Sadr sobre a economia islâmica, *Iqtisaduna*,[35] estabeleceu a base do sistema bancário islâmico.[36] Os negócios bancários islâmicos expandiram-se rapidamente depois da Guerra de Yom Kippur de 1973 e da subsequente crise do petróleo que triplicou o seu preço. Cidadãos ricos da Arábia Saudita e dos Estados do Golfo colocaram seus petrodólares em fundos de investimento e contas bancárias islâmicas. Os principais conceitos islâmicos são a proibição da usura e a obrigação de compartilhar a riqueza com os necessitados (*zakat)*.[37] Os bancos islâmicos respeitam isso colocando uma porcentagem do lucro gerado em programas sociais. Organizações militantes islâmicas podem usar essa riqueza porque suas atividades de da'wa e sua infraestrutura social as qualificam para receber zakat. Com a expansão do sistema bancário islâmico e o crescimento da sua infraestrutura de captação de verbas, as organizações militantes ganharam uma vantagem competitiva em relação aos movimentos seculares de resistência. "No decorrer da década de 80, a Ikhwan palestina havia se tornado uma causa tão popular que grande parte dos recursos captados pelas organizações não-governamentais do Kwait para a Palestina foi canalizada pelas organizações de caridade estabelecidas por elas."[38] A captação de recursos em âmbito mundial é um foco específico dos militantes islâmicos porque permite que coletem dinheiro sem diminuir a renda dos seus membros. A maioria das insurgências recorre a taxas revolucionárias, crime organizado, sequestros ou tráfico de drogas para gerar recursos, e isso afasta pelo menos parte da população e a comunidade internacional da sua causa. Em contrapartida, o levantamento de fundos das organizações militantes islâmicas na verdade permite que elas *aumentem* a riqueza dos seus membros por meio da prestação de serviços essenciais e apoio social.

Organizações militantes islâmicas têm geralmente mais capacidade de oferecer… serviços essenciais que o governo…

A terceira capacidade fundamental é a capacidade de pressionar um governante ou força de ocupação. Isso inclui a capacidade de variar a intensidade e a natureza da pressão de acordo com as circunstâncias políticas e militares. Pode ser meramente política (tashrii') ou incluir o uso da violência (jihad). Ao empregar o jihad, as organizações militantes intensificam a violência durante momentos políticos cruciais ou a interrompem oferecendo tréguas (hudna) ou cessar-fogos (tahdi'ah) para conseguir concessões políticas. O Hamas declarou cessar-fogos unilateralmente em 2002, 2005 e 2006, apenas para violá-los algumas semanas ou meses depois.[39] O que importa aqui é que as organizações podem ajustar o nível de pressão que exercem sem prejudicar sua infraestrutura financeira ou organizacional e sem diminuir a credibilidade dos seus ideais. Essa capacidade significa que é sempre possível inserir a militância islâmica no processo político regular. Um resultado deplorável é que essas organizações podem sempre recorrer à violência.

O Dilema do Governante

Essas capacidades permitem que as organizações militantes islâmicas coloquem os governos e as forças de ocupação estrangeiras em um dilema. Por um lado, o governo ou força de ocupação não podem eliminar a ameaça islâmica sem atacar sua infraestrutura de da'wa. Por outro, não podem atacar a infraestrutura de da'wa sem se arriscarem a causar um distúrbio social e uma revolta popular. Os governos muçulmanos aprenderam a duras penas que a única coisa que funciona nesses casos é ter um controle firme da infraestrutura islâmica de da'wa sem destruí-la.

Como a variação do nível da violência faz parte da estratégia dos islâmicos, indicadores baseados no número de incidentes violentos são inúteis para avaliar o progresso na luta contra eles. Desde que os islâmicos mantenham o monopólio da da'wa e consigam captar os recursos necessários para financiá-la, podem continuar alterando como quiserem a pressão entre tashrii' e jihad. Ao longo de décadas, os governos relativamente moderados do Egito e da Jordânia criaram um delicado aparato social, político, jurídico, militar e de segurança pública para manter as organizações militantes islâmicas sob controle. Conceitualmente, ele assume a forma de várias medidas de controle da população que se fortalecem mutuamente e seu foco é a infraestrutura da da'wa, e não os agentes do jihad. As capacidades mais importantes do aparato são assimilar as organizações militantes islâmicas (parte delas), exigir o registro e licenciamento das suas atividades de da'wa, controlar a sua captação de recursos, fornecer monitoração constante dos seus quadros e intervir de forma decisiva quando sua vigilância detectar preparativos para uma campanha de jihad.

Como obter o apoio dos islâmicos. Os governos muçulmanos obtêm o apoio das organizações militantes islâmicas integrando parcialmente atividades de da'wa à organização social do Estado e permitindo uma crítica moderada às políticas do governo. A Jordânia é particularmente bem-sucedida nesse aspecto. "A Jordânia conteve a ameaça da violenta militância islâmica recorrendo basicamente à quase totalmente assimilada Irmandade Muçulmana... A Irmandade... tornou-se um partido de oposição política pacífica que pode protestar contra as políticas do governo... mas aceita plenamente e acolhe o governo Hashemita."[40] Em troca da sua lealdade, a Jordânia concedeu à Irmandade o controle do ministério da Educação e dos currículos escolares.[41]

Como a variação do nível da violência faz parte da estratégia dos islâmicos, indicadores... são inúteis...

As políticas egípcias a esse respeito foram mais ambivalentes. Sucessivos presidentes egípcios usaram estratégias de acomodação e de repressão. Entretanto, elas se mostraram eficazes no sentido de que depois de várias ondas de prisões em massa, algumas execuções e subsequentes gestos de reconciliação, "a Irmandade age dentro do sistema existente"[42]. O governo egípcio e a Ikhwan chegaram a um "entendimento" porque o primeiro se concentrou na estabilidade política no curto prazo e esta última aceitou uma evolução lenta, mas constante rumo a um governo islâmico. No Egito, "a Irmandade não exigiu um cronograma acelerado para a implementação da sharia desde que Mubarak continuasse dedicado a ela em princípio"[43]. Essa citação ilustra que assimilar os islâmicos funciona quando eles acreditam que, com o tempo, poderão obter mais com a tashrii' do que com o jihad.

As "awqaf". A base do sistema de caridade do mundo muçulmano é a *waqf* (plural: *awqaf*). As awqaf organizam a transferência de doações daqueles que as doam para aqueles que necessitam delas. A waqf é "a forma institucionalizada de doação para garantir um desenvolvimento sustentável".[44] A primeira waqf foi fundada no Egito em 641; portanto, o conceito é quase tão antigo quanto o próprio Islã. "O objetivo era estabelecer instituições de forma independente e separada do Estado para impedir que fossem manipuladas pelos governantes e para oferecer uma vida melhor à população."[45] Tendo isso em mente, não surpreende que, há séculos, os governos muçulmanos sujeitam as organizações de caridade a legislações rígidas e a um cuidadoso exame administrativo. O Egito criou seu primeiro ministério para controlar as awqaf em 736.[46] Na Jordânia moderna, o ministério das Awqaf nomeia e remunera os imãs.[47] Registra também organizações de caridade e emite licenças para atividades de caridade.[48] Ao pagar seus salários, o governo da Jordânia ganha uma vantagem sobre os imãs que, como consequência, são menos propensos a criticar o governo. O registro de organizações de caridade facilita sua supervisão e permite um controle dos fluxos de dinheiro que geram. Além disso, as pessoas ativas em organizações de caridade sabem muito bem que o governo "sabe onde elas moram". Por isso, pensam duas vezes antes de se arriscarem

a ter qualquer envolvimento na organização ou financiamento de campanhas de jihad.

No Egito, existem regulamentos administrativos e leis semelhantes. São complementados por leis que regulam as eleições para instituições da sociedade civil, como sindicatos e associações de alunos.[49] A Ikhwan egípcia, proibida pelo presidente Nasser na década de 50, começou "buscando ter influência em outras instituições já existentes e mais gerais e jogando o jogo eleitoral".[50] Mobilizando seus membros para eleições de associações e sindicatos, que tinham tradicionalmente um nível baixo de participação, conseguiram obter a maioria nos órgãos executivos das instituições. Depois que assume o controle, a Ikhwan usa essas organizações para atividades de da'wa. As leis visam a evitar isso exigindo um quórum de eleitores.

Restrições ao levantamento de fundos e às transferências de dinheiro são a terceira forma utilizada pelos governos muçulmanos para aumentar seu controle sobre os militantes islâmicos. A legislação egípcia obriga todas as organizações não-governamentais a transferir fundos via uma instituição financeira de economia mista.[51] Além disso, permite apenas certas categorias de assistência estrangeira não-financeira. Essas categorias não incluem alimentos e medicamentos. Em 1972, o presidente Sadat criou o banco Nasser, que respeita os princípios bancários islâmicos. Ao coletar elas mesmas o zakat, por meio do banco Nasser, as autoridades egípcias visam a negá-lo às organizações islâmicas.[52]

Vigilância e repressão. A vigilância permanente é a quarta forma de controlar as organizações militantes islâmicas. Um relatório afirma: "Os jordanianos são vigiados a tal ponto pelas forças de segurança que provavelmente não podem a essa altura fazer preparativos elaborados para um ataque coordenado".[53] A forma como as autoridades jordanianas lidaram com as tentativas do Hamas de adquirir armas na Jordânia ilustra esse aspecto. Em 1991, "trabalhando clandestinamente a partir dos escritórios da Ikhwan jordaniana em Amã e com o conhecimento de apenas alguns principais líderes locais da Ikhwan, o Hamas criou um comitê para compras de armas... para adquiri-las e armazená-las até que as circunstâncias permitissem que fossem contrabandeadas para a Palestina".[54] Essas tentativas foram imediatamente descobertas e frustradas.

Quando serviços de segurança descobrem preparativos islâmicos para atos violentos, o governo geralmente ordena prisões em massa para destruir o braço militar da organização e paralisar temporariamente sua infraestrutura de da'wa. As forças militares e policiais do Egito fizeram pelo menos cinco campanhas de prisões em massa desde 1950. Como exemplo, "embora as negociações de Sadat com Israel… 'tenham mudado o clima e a oposição da Irmandade a essa política tenha feito com que se tornassem alvo, junto com outros movimentos de oposição, da repressão de 1980-1981, o sucessor de Sadat, Hosni Mubarak, libertou membros da prisão em novembro de 1981 e permitiu à Sociedade um nível (oscilante) de espaço desde então".[55] Esse exemplo mostra que, em geral, o governo não prende figuras importantes da da'wa por muito tempo, porque não lhe interessa prejudicar os serviços sociais. Trata-se apenas de uma forma de deixar claro quem está no poder. Como um relatório afirma, "assim a Sociedade existe em um limbo legal, uma vítima indefesa para a repressão, suas asas regularmente cortadas, mas nunca totalmente incapacitada".[56] Entretanto, a repressão é o último recurso do governo, não seu instrumento principal. A principal função do aparato é deixar claro que a resistência armada é inútil e (a impressão de) cumplicidade com as facções do jihad coloca em risco a infraestrutura vital da da'wa.

A estratégia geral do governo é transformar as organizações militantes islâmicas em movimentos sociais de *Zakat-Tashrii'*: entidades financiadas por contribuições de caridade de cunho religioso, que conjugam o proselitismo islâmico, a prestação de serviços sociais e a pressão política não violenta em um esforço para promover a governança com base na lei islâmica (sharia). Aplicando essa estratégia, os governos muçulmanos buscam beneficiar-se das características islâmicas positivas e ao mesmo tempo minimizar as negativas. A política alivia o governo da maior parte do fardo de organizar a educação, a saúde e a previdência social à custa de ceder ocasionalmente a pressões políticas. Contudo, é como ter um lobo como animal de estimação: é necessário conservar a rédea curta, realizar a supervisão constante e efetuar medidas consistentes de carinho e disciplina para manter a situação sob controle.

Situação Depois da Vitória Convencional

A Guerra dos Seis Dias é um exemplo do que acontece depois de uma vitória militar maciça que elimina um aparato que mantinha as organizações militantes islâmicas sob controle. Depois que a poeira assentou, em junho de 1967, as consequências para os Estados envolvidos no Oriente Médio ficaram bem definidas. Os governos árabes sofreram uma perda humilhante de credibilidade, e, a partir de então, a capacidade militar convencional de Israel inspirou respeito, admiração e medo. Em contrapartida, as consequências para os atores não-estatais, como as organizações militantes islâmicas, tornaram-se claras apenas duas décadas depois.

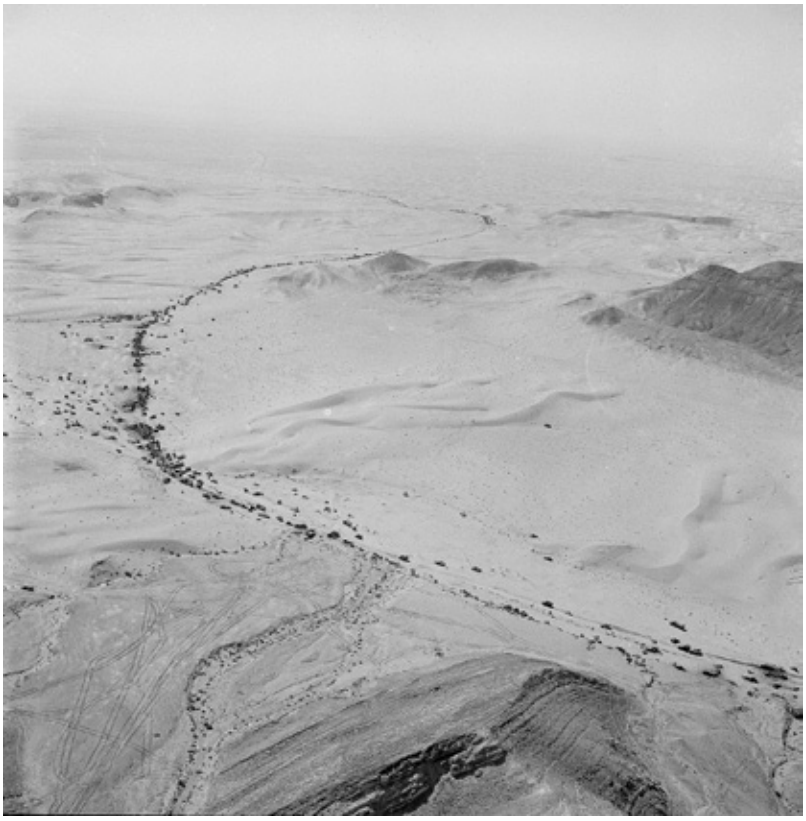

Foto da AP

A Passagem de Mitla, acesso estratégico para o Suez na região centro-oeste da Península do Sinai, está cheia de restos de equipamentos egípcios. Tropas israelenses mataram entre 7.000 e 10.000 egípcios e destruíram ou capturaram 700 carros de combate em Sinai em junho de 1967.

Tamimi afirma que "os islâmicos palestinos podem ser vistos como pioneiros na forma como transformaram seu discurso intelectual e ideológico em programas práticos, fornecendo serviços ao público por meio de instituições voluntárias. Essas oportunidades tinham sido negadas a seus irmãos em outras partes do mundo árabe durante décadas porque a maioria dos países árabes havia imposto restrições a qualquer forma de atividade não-governamental que vinculasse religião e educação ou que tivesse caráter voluntário e beneficente".[57] Paradoxalmente, a vitória de Israel forneceu aos islâmicos oportunidades com as quais podiam apenas sonhar quando estavam sob o domínio do Egito ou da Jordânia. "A ironia foi que a situação mudou após a guerra de 1967 e a ocupação israelense. Israel decidiu reavivar determinados aspectos da lei otomana arcaica na sua administração dos assuntos dos povos árabes na Faixa de Gaza e Cisjordânia. Isso permitiu a criação de organizações não-governamentais ou voluntárias, como organizações educacionais ou de caridade e outras formas de instituições de serviço com fundos privados."[58] Ao abolir leis egípcias rígidas, Israel se expôs a um grande risco. Um memorando escrito pelo Gabinete Político do Hamas explica como o movimento floresceu nas novas circunstâncias. Detalha como "em vista dos novos acontecimentos, a Ikhwan palestina dentro do território nacional e na diáspora seguiu duas trajetórias:

1. A primeira trajetória: a de participação em ação militar direta contra a ocupação sionista...

2. A segunda trajetória: o estabelecimento de uma infraestrutura organizacional para um projeto jihadista (luta) contra a ocupação sionista"[59].

Os islâmicos palestinos sabiam que o apoio do público e a mobilização social eram decisivos para a criação dessa infraestrutura organizacional. Por isso, "a Ikhwan trabalhou nas seguintes áreas:

1. Entusiasmando os membros da Ikhwan para trabalhar no campo de da'wa (chamando as pessoas para o Islã) e reforma social;

2. Atraindo os jovens, principalmente aqueles com diploma universitário;

3. Revitalizando o processo de construção de mesquitas, considerando-se que constituem uma fonte importante de influência na sociedade;

4. Estabelecendo várias instituições sociais e beneficentes."[60]

O documento explica também como o movimento terrorista Hamas evoluiu naturalmente a partir da Ikhwan. O Hamas emitiu uma declaração em 14 de dezembro de 1987, pouco depois da erupção da primeira *Intifada,* anunciando sua existência. Contudo, "o comunicado não se destinava a declarar o nascimento do movimento, porque ele já existia e já estava ativo em campo".[61] O memorando descreveu também como "o movimento havia desempenhado um papel central no desenvolvimento da Intifada, passando de um formato popular para formas qualitativas de resistência, que abrangiam desde o sequestro de soldados até a guerra de facas e, por fim, até as operações de martírio".[62] Em geral, o documento descreve os vínculos inextricáveis entre o proselitismo, a prestação de serviços essenciais e o uso da violência, incluindo homens-bomba.

As autoridades israelenses também não impediram o levantamento de fundos pelos movimentos islâmicos. "Ironicamente, os próprios israelenses alimentaram grupos fundamentalistas como o Jihad Islâmico e o Hamas ao fazerem vista grossa para as verbas que estavam sendo enviadas à região do Golfo Pérsico para os islâmicos para a construção de mesquitas, clubes esportivos e centros comunitários."[63]

Zakat-Jihad

O preço que Israel teve de pagar para liberalizar as atividades de da'wa foi a transformação da Ikhwan em uma insurgência ativista *Zakat-Jihad*: o Hamas. Uma insurgência ativista Zakat-Jihad é uma organização financiada por contribuições de caridade de cunho religioso, que conjuga o proselitismo islâmico, a prestação de serviços sociais e o terrorismo para tentar estabelecer um governo com base na lei islâmica (sharia). A operação ganha apoio popular fornecendo serviços essenciais cujo principal objetivo é criar um refúgio para os combatentes jihadistas entre a população. Depois de estabelecida, uma insurgência desse tipo é extremamente resistente, "como mostra o crescimento do Hamas e do Hezbollah sob a ocupação israelense".[64]

Os aparatos do Egito e da Jordânia conseguiram restringir suficientemente a liberdade de movimento das organizações militantes, encaminhando-as para um papel social, mas Israel não foi capaz de evitar e cessar o terrorismo islâmico. Contra esse argumento, pode-se dizer que a luta para dar um fim à ocupação israelense é uma causa que mobiliza muito mais que a luta para introduzir um governo de sharia em um país muçulmano. Portanto, o Egito e a Jordânia talvez sejam mais bem-sucedidos apenas porque sua tarefa é mais fácil. No entanto, admitir isso equivale a dizer que, nas ideologias de Taymiyya e Qutb, um não crente é mais perigoso que um apóstata. Isso não é verdade. Abd-Al-Salam Farag, líder do movimento terrorista egípcio Al-Jihad, ilustra isso de forma sucinta na sua explicação para o assassinato do presidente egípcio Sadat. "Para Farag, o fato de Sadat ter cultivado a imagem de *al-Ra'is al-mu'min* (o presidente devoto) não significava nada comparado ao fato de o Egito não ser regido pela lei islâmica. Consequentemente, as profissões de fé de Sadat eram hipócritas e o jihad era lícito. Além disso, Farag argumentou que a obrigação de jihad contra o 'inimigo mais próximo' (o regime do Egito) tinha prioridade em relação ao 'inimigo mais distante' (Israel)".[65]

Depois que Israel aboliu várias restrições às atividades de da'wa em 1967, foram necessárias duas décadas para que a Ikhwan palestina estabelecesse a infraestrutura organizacional para uma campanha jihadista, liderada pelo Hamas, organização dela derivada. A mudança da caridade para o terrorismo aconteceu da noite para o dia, literalmente, como mostra a explosão da Intifada.[66] Dezoito anos depois, essa campanha culminou na saída de Israel da Faixa de Gaza.[67] Durante esse período, Israel conseguiu várias vezes dizimar a infraestrutura jihadista do Hamas, apenas para vê-la ser reconstruída a partir do zero. Ao contrário do Egito e da Jordânia, Israel nunca convenceu os militantes de que a resistência violenta era inútil. Pelo contrário, as retiradas israelenses do sul do Líbano e da Faixa de Gaza pareciam ser uma prova palpável de que o terrorismo produz resultados. Além disso, os serviços sociais do Hamas tornaram-se tão elaborados por causa principalmente do levantamento de fundos irrestrito que é impossível atacar o Hamas sem prejudicar a sobrevivência de centenas de milhares de palestinos. Um relatório

chega até mesmo a argumentar que "qualquer abordagem da questão das instituições de caridade islâmicas... deve começar com a premissa de que são fundamentais para a vida dos palestinos".[68] Sendo assim, é uma pena que o Ocidente tenha apenas recentemente descoberto que um dos seus principais pontos fortes ao lidar com as organizações militantes islâmicas é a capacidade de controlar e restringir o fluxo internacional de dinheiro. O Ocidente é, na verdade, melhor nisso que os governos muçulmanos. A decisão de reter subsídios para a Autoridade Palestina depois da vitória eleitoral do Hamas, a pressão que as leis americanas exercem sobre os bancos para detectar e denunciar transações suspeitas e as apreensões de dinheiro pelas forças israelenses nas fronteiras: tudo isso desestabilizou o Hamas.[69] No entanto, a comunidade internacional não pode mais usar essa arma sem prejudicar seriamente a qualidade de vida da maioria dos palestinos. Uma aplicação dessa medida logo no início, aliada a regulamentações que igualem as oportunidades para todos os tipos de organização não-governamental, pode evitar que ocorra uma situação na qual os militantes islâmicos dominem a prestação de serviços essenciais.

Conclusão

No mundo muçulmano, ocupar um território após uma vitória militar convencional e controlar a população que habita a área significa geralmente administrar organizações militantes islâmicas. Apesar de esse problema ser relativamente novo para a maioria dos países ocidentais, alguns governos muçulmanos lidam com ele com sucesso há mais de 50 anos. Os métodos que criaram, embora não sejam totalmente aplicáveis pelas democracias ocidentais, mostraram-se eficazes e merecem ser examinados.

A história mostra que militantes islâmicos que agem sem restrições acabam se transformando em insurgências ativistas Zakat-Jihad. Essas insurgências só começam a usar a violência no final de uma longa fase de preparação que envolve ações sociais e religiosas aparentemente inofensivas. A transição para a violência pode acontecer de um dia para o outro e, depois disso, é praticamente impossível erradicar o movimento.

Em contrapartida, organizações militantes islâmicas agindo sob restrições podem se transformar em movimentos sociais Zakat-Tashrii. Os governos muçulmanos criaram vários métodos de controle da população que se fortalecem mutuamente e cujo objetivo é direcionar as organizações militantes para papéis sociais e mantê-las neles. Uma ação militar e policial forte contra as operações jihadistas é parte essencial desses métodos, mas de forma alguma a mais importante. É muito mais importante ter um controle forte da infraestrutura de da'wa islâmica. Assimilar as organizações militantes islâmicas (ou parte delas), exigir o registro e licenciamento das suas atividades de caridade, controlar o levantamento de fundos e fornecer vigilância permanente dos seus quadros são quatro formas que os governos muçulmanos moderados conjugam para atingir esse objetivo. Nem todos os métodos usados pelos governos muçulmanos seriam viáveis para as democracias ocidentais. Conseguir a colaboração dos islâmicos pode ser extremamente difícil para os ocidentais ou governos provisórios por eles apoiados. Por outro lado, as democracias ocidentais são melhores com outros tipos de métodos, como o controle da captação de recursos em âmbito internacional e a restrição dos fluxos monetários resultantes dessas atividades. Apesar de a combinação de métodos usadas pelos ocidentais ser diferente da usada pelos governos muçulmanos moderados, eles podem ser igualmente eficazes.

Em suma, depois de uma vitória convencional que elimine um regime que mantinha uma militância islâmica sob controle, o vencedor precisa implementar o quanto antes um sistema que impeça que possíveis insurgentes sejam simultaneamente a maior ameaça à paz e a melhor garantia para a sobrevivência e desenvolvimento da população. Para atingir esse objetivo, o vencedor não deve permanecer passivo até a erupção da violência, e sua estratégia não deve se concentrar apenas na eliminação dos agentes jihadistas. Em vez disso, ao controlar o fluxo monetário e igualar as oportunidades para todos os tipos de organizações de caridade por meio de um processo de registro e licenciamento, a estratégia deve se concentrar em impedir o surgimento de um monopólio sobre a prestação de serviços essenciais à população por meio do qual as organizações militantes consigam o apoio popular.***MR***

REFERÊNCIAS

1. Field Manual (FM) 3-0, *Operations* (Washington, DC: Government Printing Office [GPO], 27 February 2008), 1-15.

2. FUKUYAMA, Francis. "After Neoconservatism", *New York Times*, 19 de fevereiro de 2006.

3. Joint Publication 1-02, *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms* (Washington, DC: GPO, 12 April 2001), 267, 267. De acordo com a Publicação Conjunta JP 1-02, uma insurgência é um movimento organizado cujo objetivo é derrubar um governo constituído mediante o uso da subversão e do conflito armado.

4. GALULA, David. *Counterinsurgency Warfare, Theory and Practice* (St. Petersburg, FL: Hailer Publishing, 2005), p. 18.

5. Ibid, p. 23.

6. KASSEM, Maye. *Egyptian Politics: The Dynamics of Authoritarian Rule* (Boulder, CO: Lynne Riener Publishers, 2004), p. 63; "Islam is the solution" ou: "Al-Islam howa Al-Hal".

7. Abu Hamed Mohammad Ibn Mohammad Al-Ghazali (1058-1111).

8. Taqi ad-Din Ahmad Ibn Taymiyya (1263-1328).

9. BARRE, Elizabeth A. "The Shayk Al-Islam: The Legacy of Ibn Taymiyya in 20th Century Political Islam". Trabalho apresentado no Simpósio do Departamento de Pós-graduação em religião da Florida State University, abril de 2005, p. 4.

10. ZEMNI, Sami. *Politieke Islam, 9/11 en Jihad* (Leuven, Belgium: ACCO, 2006), p. 46 (traduzido do holandês por Erik Claessen).

11. Citado em LAMBTON, Ann K.S. *State and Government in Medieval Islam: An introduction to the Study* (New York: Routledge, 1981), p. 124.

12. BARRE, p. 9.

13. Em árabe: *Al-Amr bi'l-Maruf wa'l Nahy'l-Munkar*; é também o título de uma obra curta de Taymiyya e uma frase frequentemente usada pelos islâmicos. COOK, Michael. *Commanding Right and Forbidding Wrong in Islamic Thought* (Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2000), p. 151.

14. BLACK, Anthony. *The History of Islamic Political Thought: From the Prophet to the Present* (New York: Routledge, 2001), p. 155.

15. TAYMIYYA Ibn. *Al-Kitab al Siyasa Al-shar'iyya*, *The Book on the Government of the Religious Law*, escrito entre 1311 e 1315.

16. BLACK, Anthony, p. 155.

17. Ibid.

18. BARRE, p. 5.

19. Ibid.; "Shahada" é o credo islâmico.

20. TAYMIYYA, Ibn. *Public Policy in Islamic Jurisprudence*, tradução do árabe por Omar A. Farrukh (Beirut, Lebanon: Khayats, 1966), p.100.

21. Um kafir (plural "kuffar") é alguém que rejeita, oculta ou nega a verdade. No sentido islâmico, é o sinônimo de apóstata.

22. Mustapha Kemal Ataturk aboliu o califado otomano em 1924.

23. Hassan Al-Banna (1906-1949).

24. Citado em MITCHELL, Richard P. *The Society of the Muslim Brothers* (London, United Kingdom: Oxford University Press, 1969), p. 308.

25. SAYYID QUTB, *Social Justice in Islam* (al-Adālah al-ijtimāīyah fī al-Islām), tradução do árabe por John B Hardie e Hamid Algar (North Haledon, New Jersey: Islamic Publications International, 1999).

26. MAKSTENIEKS, Scott Thomas. "Why They Hate Us: Sayyid Qutb, Islamic Fundamentalism and Public Emotionality", 2007, disponível em: <http://www.uh.edu/chcc/nca/data/documents/p190219.pdf>, p. 15.

27. KAVLI, Özlem Tür. "Islamic Movements in the Middle East: Egypt as a Case Study", *Perceptions*, *Journal of International Affairs*, dezembro de 2001-fevereiro de 2002, vol. VI, No. 4, 5.

28. BOUZID, Ahmed. "Man, Society, and Knowledge in the Islamist Discourse of Sayyid Qutb", 1998, disponível em: <http://scholar.lib.vt.edu/ theses/available/etd-3398-184043/unrestricted/Final.pdf>, p. 51.

29. Ibid., p. 52.

30. Ibid., p. 23.

31. QUTB, Sayyid. *Os Marcos* (Maālim fī al-ṭarīq) (Indianapolis, Indiana: American Trust Publications, 1990).

32. Três exemplos são ilustrativos a esse respeito. O Hamas, o Hezbollah, e o movimento Sadr II controlam ministérios na Autoridade Palestina, no governo libanês e no governo do Iraque respectivamente. No entanto, isso não os impede de usar a violência contra essas instituições.

33. KEPEL, De Gilles. *Jihad, Expansion et déclin de l'islamisme* (Paris, France: Editions Gallimard, 2000), p. 29 (traduzido do francês por Erik Claessen).

34. Özlem Tür Kavli, p. 8.

35. AL-SADR, Mohammed Baqer. *Our Economics* (Iqtisaduna), traduzido do árabe por Kadom Jawad Shubber (London, United Kingdom: Bookextra Ltd, 2000); Mohammed Baqer Al-Sadr (1935-1980) é sogro e tio-avô de Al-Sadr.

36. KEPEL, p. 387.

37. Zakat é um dos cinco pilares do Islã e exige que os muçulmanos deem quase 2,5% da sua riqueza por ano para os necessitados.

38. TAMIMI, Azzam. *Hamas: Unwritten Chapters* (London, United Kingdom:Hurst, 2007), p. 72.

39. Ibid., p. 166.

40. INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG), "Jordan's 9/11: Dealing with Jihadi Islamism"; *Middle East Report N.º 47*, 23 de novembro de 2005, disponível em: <http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=3801>, p. 6.

41. Ibid.

42. KAVLI, Özlem Tür, p. 6.

43. WALSH, Jon. "Egypt's Muslim Brotherhood: Understanding Centrist Islam", *Harvard International Review*, janeiro de 2003.

44. BAHMAD, Layla. "Palestinian Non-Governmental Organisations caught between Reality and Challenges", Dissertation zur Erlangung des Akademischen Grades eines Doktors der Politikwissenschaften; Universität Kassel, Alemanha, 16 de maio de 2007, disponível em: <https://kobra.bibliothek.uni-kassel.de/bitstream/ urn:nbn:de:hebis:34-2007091019190/3/DissertationBahmad.pdf>, p. 99.

45. Ibid., p. 102.

46. Ibid., p. 104.

47. ICG, *Middle East Report N.º 47*, p. 15.

48. A lei da Jordânia mais relevante nesse aspecto é a Lei 33/1966 sobre associações e órgãos sociais.

49. As leis egípcias mais relevantes nesse aspecto são a lei 40/1977 sobre partidos políticos, a lei 84/2002 sobre organizações não-governamentais e a lei 100/93 sobre sindicatos.

50. ICG, "Islamism in North Africa II, Egypt's opportunity", *ICG Middle East and North Africa Briefing*, 20 de abril de 2004, disponível em: <http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=2619>, p. 12.

51. Lei 32/1964 sobre organizações e sociedades privadas.

52. KEPEL, p. 153.

53. ICG, *Middle East Report N.º 47*, p. 1.

54. AZZAM TAMIMI, p. 73.

55. *ICG Middle East and North Africa Briefing*, p. 11.

56. Ibid., p. 10.

57. AZZAM TAMIMI, p. 37.

58. Ibid.

59. Ibid., p. 254.

60. Ibid.

61. Ibid., p. 257.

62. Ibid., Hamas usa a expressão "operações de martírio" para se referir a ataques terroristas suicidas.

63. PALMER-HARICK, Judith. *Hezbollah, The Changing Face of Terrorism* (New York, Palgrave Macmillan, 2005), p. 25.

64. CLAESSEN, Erik A. "S.W.E.T. and Blood: Essential Services in the Battle between Insurgents and Counterinsurgents", *Military Review*, 87, (novembro-dezembro de 2007): p. 91. O artigo define as insurgências ativistas Zakat-Jihad, descreve sua tática e infere implicações para as operações de contrainsurgência contra elas.

65. *ICG Middle East and North Africa Briefing*, p. 5.

66. A primeira Intifada ou sublevação começou em 9 de dezembro de 1987, em Gaza, quando um caminhão militar israelense atacou e matou quatro palestinos; "Intifada, then and now", BBC News, 8 de dezembro de 2000, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/1061537.stm>.

67. Em 12 de setembro de 2005, Israel evacuou a Faixa de Gaza, incluindo vários assentamentos judeus.

68. ICG, "Islamic Social Welfare Activism in the Occupied Palestinian Territories: A Legitimate Target?", *ICG Middle East Report N.º13*, 2 de abril de 2003, p. ii, disponível em: <http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?l=1&id=1662>.

69. Uma apreensão espetacular desse tipo ocorreu na fronteira entre o Egito e a Faixa de Gaza em 2006. Israel recusou o acesso à Faixa de Gaza ao primeiro-ministro palestino Ismail Haniya (membro do Hamas) até que ele deixasse para trás os US$ 35 milhões que carregava. "Gaza border shots 'targeted PM'", 15 de dezembro de 2006, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/6181681.stm>.